

# DATA MERCANTIL

III São Paulo

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.



datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Terça-Feira, 03 de fevereiro de 2026 | edição nº 1460

R\$ 2,50

## MERCADO VÊ EVENTUAL INDICAÇÃO DE MELLO PARA BC COMO RISCO DE INTERFERÊNCIA POLÍTICA DO PT

**E**m meio às pressões em torno do escândalo do banco Master, o surgimento do nome do economista Guilherme Mello para uma vaga na diretoria do Banco Central está sendo recebido com desconfiança pelo mercado financeiro.

Uma eventual indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva de Mello é o assunto mais comentado na manhã desta segunda-feira (2) nas conhecidas "morning calls" (reunião matinal) da Faria Lima, realizadas pelas principais instituições financeiras.

A leitura é de que Lula, com a indicação, passaria um sinal de interferência política do PT num dos momentos mais difíceis para o BC com a crise do

Master e início do processo de queda da taxa Selic. A queda dos juros é esperada para a reunião de março do Copom, após um ciclo de aperto monetário que levou os juros para o patamar de 15% ao ano.

O nome de Mello tem apoio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de acordo com relatos obtidos pela Folha. Haddad quer deixar o cargo com os dois nomes já indicados pelo presidente e encaminhados ao Senado Federal para o processo de sabatina e posterior aprovação.

O economista é o atual secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e foi assessor econômico do PT na campanha presidencial de Haddad em 2018. Foi também um

dos formuladores do plano econômico da campanha vitoriosa de Lula em 2022, como coordenador do grupo de economistas do PT. Ele é visto com um economista de bom trato e diálogo, mas com viés heterodoxo. Foi um dos críticos à alta dos juros para 15% e à demora do BC para começar a cair em 2025.

Uma das cadeiras abertas no colegiado do BC é a da diretoria de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, a área que foi responsável por analisar a compra do Master pelo BRB. Foi essa diretoria que propôs a rejeição da operação, depois aprovada por unanimidade pelo colegiado de diretores da autarquia.

Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**Mercado reduz previsão da inflação para 3,99% este ano**

**Lula pede ao Congresso prioridade para acordo Mercosul-UE e fim da escala 6x1**

**Motta defende emendas e Alcolumbre diz que conquistas não são apenas do governo**

**Regra do Pix para 'rastrear' dinheiro que foi desviado em golpe entrou em vigor nesta segunda (2)**



**China nega pedido do Brasil de redistribuição de cotas remanescentes de carne bovina**



## NO MUNDO

### Palestinos recebem reabertura de Rafah com sentimentos mistos após mais de 2 anos de guerra

Palestinos na Faixa de Gaza recebem a reabertura da passagem de Rafah, a única via de entrada e saída do território sem ser por Israel, com sentimentos mistos de esperança e indignação, nesta segunda-feira (2).

O posto de controle foi reaberto para entrada e saída apenas para palestinos a pé. Todos ainda precisam passar por controle e autorização de israelenses e egípcios.

Segundo a agência Reuters, citando duas fontes do território, a princípio a permissão será para apenas 50 palestinos entrando e 50 saindo de Gaza por dia. Já de acordo com a AFP, citando autoridades egípcias, serão 150 autorizados a sair e 50 a entrar diariamente.

"Esperávamos que a

passagem de Rafah seria aberta e facilitada para pacientes necessitando de tratamento no Egito. Um paciente vai ao Egito receber tratamento, não passar por revistas e escutar 'você volta', 'você fica', 'você não pode'. Isso é totalmente inaceitável", afirmou Salim Ayad à Reuters.

Cerca de 20 mil pacientes palestinos esperam tratamento médico urgente que não conseguem obter na Faixa de Gaza, segundo médicos do território.

Estima-se que cerca de 100 mil palestinos deixaram Gaza nas primeiras semanas da guerra. Muitos deles buscam voltar para reencontrarem os familiares que ficaram, mas isso significa encontrar também suas casas e bens destruídos no território, arrasado pela guerra e os

bombardeios israelenses.

"A abertura de Rafah também é boa notícia para nós porque não há tratamento para crianças aqui, nada está disponível no hospital. Não há equipamentos, medicamentos, nada", afirmou Iman Hamdouna, mãe de uma criança de 2 anos, à Reuters.

Ao mesmo tempo que reabriu Rafah, no entanto, Israel anunciou que a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) deverá interromper suas atividades em Gaza por ter se recusado a fornecer uma lista de seus funcionários palestinos algo "aplicável a todas as instituições humanitárias que operam na região", segundo o Ministério da Diáspora israelense, responsável pelo registro das ONGs.

Folhapress

### Laura Fernández é eleita presidente da Costa Rica

A cientista e ex-chefe de gabinete de Rodrigo Chaves, Laura Fernández, foi eleita neste domingo (1º) presidente da Costa Rica, com 48,7% dos votos. Integrante do PPSO (Partido Soberano do Povo), ela venceu com a promessa de dar continuidade ao governo em um país marcado pelo aumento da criminalidade, tema central da campanha.

Ao todo, 20 candidatos disputaram a Presidência, e nenhum superava 10% das intenções de voto nas pesquisas presidenciais, segundo o Ciep (Centro de Investigação e Estudos Políticos da Universidade de Costa Rica).

O candidato mais próximo de Fernández foi Alvaro Ramos, do PLN (Partido da Libertação Nacional), e também ex-integrante do governo Chaves, que chefiou o sistema de previdê-

cia social no início da atual gestão. Ele obteve 33,18% dos votos.

O aumento de assassinatos tornou a segurança pública um tema central para eleitores. Cerca de 40% dos eleitores apontaram a violência como o maior problema do país, contra apenas 4% há quatro anos, quando Chaves foi eleito.

Autoridades locais atribuem parte da violência a uma mudança nas rotas do narcotráfico internacional, que passou a usar a Costa Rica como ponto de armazenamento de cocaína antes de enviá-la aos Estados Unidos e à Europa.

Em 2025, o país registrou 16,7 homicídios a cada 100 mil habitantes, com 873 mortes apenas três a menos que no ano anterior. O recorde foi registrado em 2023, com 905 assassinatos; em 2022, foram 654.

Folhapress

### Enviado de Trump vai se encontrar com chanceler do Irã para discutir crise



**DATA  
MERCANTIL**

São Paulo

JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

EDITORIAL: Daniela Camargo  
COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
Serviço Informativo: FolhaPress,  
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



Estados Unidos, o Irã negou ter planejado conduzir exercícios militares com tiro real no estreito de Hormuz, a estratégica passagem de 20% do petróleo e gás do mundo que separa o país da península Arábica.

As manobras haviam sido anunciadas pela Press TV, uma emissora de língua inglesa controlada pela teocracia e vista como porta-voz dos interesses da poderosa Guarda Revolucionária.

Na quinta-feira passada (29), o canal havia dito que o treino do braço naval da Guarda ocorreria no domingo (1º) e nesta segunda. Teerã emitiu alertas para restringir a navegação nas áreas em que haveria disparos.

"O Centcom (Comando Central das Forças Armadas dos EUA) insta a Guarda Revolucionária a conduzir os exercícios navais anunciados de uma forma que seja segura, profissional e evite riscos desnecessários para a liberdade de navegação do tráfego marítimo internacional", disse o órgão que opera no Oriente Médio em nota na sexta (30).

Ato contínuo, no domingo uma autoridade iraniana que não foi nominada pela Reuters disse à agência de notícias que o relato da Press TV estava errado, o que parece basicamente improvável dado o controle que a Guarda exerce sobre a emissora.

Igor Gielow/Folhapress

## ECONOMIA

### Mercado reduz previsão da inflação para 3,99% este ano



**A** previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - referência oficial da inflação no país - passou de 4% para 3,99% em 2026.

A estimativa foi publicada nesta segunda-feira (2) no boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2027, a projeção da inflação se manteve em 3,8%. Para 2028 e 2029, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

Pela quarta semana seguida, a previsão para a inflação de 2026 foi reduzida

e está dentro do intervalo da meta para a variação de preços que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

A primeira divulgação sobre o IPCA de 2026 será feita no próximo dia 10 de fevereiro pelo IBGE com o índice de janeiro.

Em dezembro, a alta no preço dos transportes por aplicativo e das passagens aéreas fez a inflação chegar a 0,33%, acima do aumento de 0,18% registrado em novembro. O resultado fez o IPCA acumular alta de

4,26% em 2025.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros (Taxa Selic), definida atualmente em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Apesar do recuo da inflação e do dólar, o colegiado não mexeu nos juros pela quinta vez seguida na última reunião.

A taxa está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Em comunicado, o Copom confirmou que deverá começar a reduzir os juros na reunião de março, caso a inflação se mantenha sob controle e não haja surpresas no cenário econômico.

Andreia Verdélia/ABR

### Regra do Pix para 'rastrear' dinheiro que foi desviado em golpe entrou em vigor nesta segunda (2)



**C**omeçaram a valer nesta segunda-feira (2) novas regras do BC (Banco Central) para rastrear o dinheiro do Pix que foi alvo de golpe. As instituições financeiras deverão ampliar, obrigatoriamente, o monitoramento das transações, a fim de localizar quantias desviadas por diferentes contas durante as fraudes.

Até então, a principal limitação do MED (Mecanismo Especial de Devolução), usado para pedir a devolução de um Pix, é que o BC só rastreava a primeira conta para onde o dinheiro havia sido desviado. As quadrilhas, no entanto, costumam pulverizar rapidamente a quantia em diferentes contas, o que impossibilitava a devolução dos valores.

Agora, com o chamado "MED 2.0", o BC alterou a norma do Pix para permitir que mais de uma solicitação de devolução seja aberta quando houver pedido de recuperação de valores. Com a nova regra, as instituições terão capacidade técnica para rastrear o trajeto do dinheiro ao longo de cinco níveis de transferências. Se os criminosos dividirem o dinheiro em mais de uma conta, o BC vai analisar todas elas.

Segundo o Banco Central, será possível devolver os recursos desviados em até 11 dias após a contestação.

"O BC espera que, com essa medida, aumente a identificação de contas usadas para fraudes e a devolução de recursos, desincentivando fraudes. O

### Brasil atinge recorde na produção de petróleo em 2025

**A** produção nacional de petróleo bateu recorde em 2025, chegando a 3,77 milhões de barris por dia. O volume é 12,3% superior ao recorde anterior, de 2023, segundo informou nesta segunda-feira (2) a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

O desempenho reflete a entrada em operação de grandes plataformas do pré-sal. Também houve recorde na produção de gás natural, que chegou a 179 milhões de metros cúbicos por dia. Nem todo esse gás, porém, chega ao continente.

O crescimento acelerado da produção de petróleo permitiu que a commodity liderasse a pauta de exportações brasileiras pelo segundo ano consecutivo em 2025, com vendas de US\$ 44,6 bilhões durante o ano.

Segundo a ANP, o pré-sal respondeu por 79,63% da produção nacional de petróleo e gás em 2025. Apenas três campos -Tupi, Búzios e Mero- responderam por 56,27% da produção de petróleo. Os três estão loca-

lizados no litoral do Rio de Janeiro, o que leva a grande concentração da renda do setor.

Em dezembro, segundo a ANP, a Petrobras ficou com pouco menos de dois terços da produção total. A segunda maior produtora foi a Shell, com pouco mais de 10%. Sócia compulsória em campos do pré-sal, a estatal PPSA (Pré-Sal Petróleo SA) aparece na quarta posição.

A corrida por maior produção de petróleo é questionada por organizações ambientalistas, que pedem que o governo estabeleça patamares mínimos de produção em sua proposta de mapa do caminho para reduzir o uso de combustíveis fósseis.

Eles argumentam que o Brasil pode evitar a abertura de novas fronteiras exploratórias, como a bacia da Foz do Amazonas, se usar as reservas já descobertas de forma menos acelerada. A ideia seria manter essas reservas apenas para garantir o consumo interno de setores de difícil descarbonização.

Folhapress

compartilhamento dessas informações impedirá ainda o uso dessas contas para novas fraudes", disse o Banco Central quando anunciou o novo mecanismo em agosto do ano passado.

A medida começou a ser aplicada de forma facultativa no dia 23 de novembro de 2025. Desde outubro do ano passado, o MED passou a ser feito de forma 100% digital, sem a necessidade de interação com o atendimento do banco. Todas as instituições financeiras participantes começaram a oferecer a funcionalidade no próprio ambiente Pix dos seus aplicativos. Dessa forma, a transação pode ser contestada sem a necessidade de entrar em contato com as centrais de atendimento dos bancos.

Folhapress

## POLÍTICA

### Lula pede ao Congresso prioridade para acordo Mercosul-UE e fim da escala 6x1



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu que o Congresso Nacional dê prioridade às pautas relativas ao Acordo Mercosul-União Europeia, ao fim da escala de trabalho 6x1 e à regulação dos trabalhos por aplicativo, em mensagem enviada ao Legislativo nesta segunda-feira (2).

As três pautas listadas no documento enviado pelo presidente às Casas são as principais bandeiras defendidas pela gestão neste primeiro semestre.

"Nosso próximo desafio é o fim da escala 6x1 de trabalho, sem redução de salário. O tempo é um dos bens mais preciosos para o ser humano. Não é justo que uma pessoa trabalhe duro

toda a semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir a família", diz trecho.

"Dentre os desafios nacionais inerentes ao Executivo e ao Legislativo para 2026, destaco ainda a urgente necessidade de regulação do trabalho por aplicativos, uma demanda importante das novas categorias profissionais, que não podem ter sua mão de obra precarizada e depender de defesa institucional do Estado brasileiro para mediar melhores condições de trabalho."

Além de trazer um texto assinado pelo presidente da República, o documento também detalha avanços do governo até então e as prioridades para o ano que se

inicia. Anos eleitorais, como este, têm um período de deliberação e votação mais curtos nas Casas, devido às restrições que o calendário eleitoral impõe.

Como costuma ocorrer, a mensagem foi enviada pessoalmente pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, e lida no plenário da Câmara dos Deputados. O presidente Lula não participa de forma presencial desta etapa. Neste ano, o texto foi lido pelo deputado federal Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Câmara.

Os presidentes do Legislativo, Davi Alcolumbre (União-AP), do Senado, e Hugo Motta (Republicanos-PB), da Câmara, comandam a cerimônia.

Folhapress

### Senador quer levar Galípolo a comissão para explicar liquidação do Master

O senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) apresentou nesta segunda-feira (2) à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado um pedido para que Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, seja convidado a "prestar informações sobre a atuação da autoridade monetária na liquidação do Banco Master".

A liquidação da instituição financeira foi decretada pelo BC em 18 de novembro do ano passado. Horas antes, ainda na noite do dia 17, Daniel Vorcaro, dono do banco, foi preso pela Polícia Federal quando tentava embarcar para Dubai. Atualmente, ele cumpre prisão domiciliar.

No pedido encaminhado à CAE, Veneziano afirma que "em nome da transparência", acha que "convém que as autoridades envolvidas possam vir a este colegiado" falar sobre o "chamado 'escândalo do banco Master'", assim como sua atuação para interromper e conter os danos causados por esse

pernicioso esquema".

Veneziano é irmão do ministro Vital do Rêgo, presidente do TCU (Tribunal de Contas da União), onde uma inspeção foi aberta para apurar a conduta do Banco Central na supervisão do Master. A inspeção foi determinada por outro ministro, Jhonatan de Jesus, que chegou a falar na possibilidade de reverter a liquidação.

Depois, Galípolo e Vital do Rêgo se reuniram para discutir o assunto e fecharam um acordo para que o BC retirasse um recurso contra a decisão de Jhonatan de Jesus. Ficou acordado também que a corte de contas analisará a documentação do caso Master visando ter segurança jurídica.

A Folha de S. Paulo mostrou no domingo (1º) que o Banco Central vive um clima de desconfiança entre os servidores depois da abertura de uma investigação interna, a pedido de Galípolo, para apurar eventuais falhas no processo de supervisão e fiscalização do Banco Master.

Folhapress

### Motta defende emendas e Alcolumbre diz que conquistas não são apenas do governo



O presidente da Câmara, Hugo Motta, defendeu, nesta segunda (2), as emendas parlamentares, enquanto o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que as conquistas do país não são apenas do governo Lula, além de pedir paz e diálogo, em recados ao STF.

O Congresso deu início, nesta segunda, ao ano legislativo, com uma sessão solene em que foram lidas as mensagens do Executivo e Judiciário, em que cada poder elenca suas prioridades para 2026. Em seguida, Motta e Alcolumbre fizeram seus discursos.

Ao mencionar a redução do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5.000, proposta do governo Lula aprovada pelo Congresso

no ano passado, Alcolumbre afirmou que "essas conquistas não pertencem a um governo, a um partido ou a uma Casa legislativa", mas ao povo brasileiro.

Motta afirmou que cabe ao plenário "fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora, que, na maioria das vezes, não estão aos olhos do poder público".

Já Alcolumbre ressaltou que este é um ano eleitoral para cobrar diálogo e harmonia entre os Poderes. Ele também disse lutar pelas prerrogativas parlamentares e pela autoridade do Congresso. "Cada Poder tem seu papel. É do respeito mútuo entre eles que nasce a estabilidade de que o Brasil precisa", disse.

"Faço um apelo ao país: precisamos, mais do que nunca, de diálogo, de bom senso e de paz. Paz entre os grupos que defendem ideologias diferentes. Paz entre as instituições nacionais. Paz entre os Poderes da República", disse o senador.

"O dissenso faz parte da democracia. A discordância faz parte da política. [...] Mas precisamos afirmar com responsabilidade: o dissenso não pode se transformar em ódio. Quando o Brasil tensiona, é aqui que ele se recompondo", completou.

A mensagem do Palácio do Planalto foi entregue pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa (PT), e lida pelo deputado Carlos Veras (PT-PE), primeiro-secretário da Câmara.

Folhapress

## AGRONEGÓCIO



### China nega pedido do Brasil de redistribuição de cotas remanescentes de carne bovina



**A** China negou o pedido do governo brasileiro de que as cotas para carne bovina remanescentes de outros países fossem redistribuídas entre aqueles que já haviam estourado o próprio limite.

Pessoas com conhecimento das negociações ouvidas pela reportagem afirmam que outros países fizeram o mesmo pleito e tiveram a mesma resposta.

Pequim não teria dado espaço para negociações sobre a medida de salvaguarda da carne bovina imposta no final do ano passado. A determinação impôs cotas sobre a importação da commodity para diversos países de 2026 a 2028.

A solicitação do governo brasileiro era que os países que usualmente exportam

mais do que o determinado na cota pudessesem usar os valores restantes que sobrassem de países que não atingissem seu limite.

O Brasil, que é o principal fornecedor da commodity para a China, terá tarifa de 55% caso exceda 1,1 milhão de toneladas em 2026. Em 2025, o total exportado para o país asiático foi de 1,65 milhão de toneladas na categoria "Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada", segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A medida de salvaguarda, segundo o Ministério do Comércio chinês, visa ajudar os frigoríficos locais a atravessar dificuldades. Citando pesquisadores, a pasta afirmou, em nota, que o aumento da importação

da categoria nos últimos anos causou uma erosão da indústria doméstica.

O governo Lula agora discute medidas para entender como evitar que grandes frigoríficos brasileiros usem toda a cota antes dos demais por terem maior capacidade de entrega e produção. A principal forma discutida levaria em consideração o volume de vendas ao país asiático em determinado período, além de deixar parte menor da cota para novas empresas.

A contabilização também é tema sensível, uma vez que Pequim determinou que a contagem será feita de forma bruta na chegada ao porto chinês, ou seja, por tonelada, sem levar em consideração a empresa de origem.

Folhapress

### Produção de maçã deve crescer 20% na safra 2025/2026



**A**safra de maçãs 2025/2026 deve render entre 1,05 milhão e 1,15 milhão de toneladas, segundo projeções da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), valor que representa um retorno da produção à média histórica do setor. O volume será cerca de 20% maior que a safra anterior, quando a colheita se situou em 850 mil toneladas do fruto. De acordo com a ABPM, o aumento na produção se deve principalmente às boas condições climáticas ao longo do ciclo.

Além da maior oferta, a entidade estima que as maçãs sejam maiores, com coloração mais avermelhada, maior suculência e equilíbrio entre açúcar e acidez. Esses fatores garantem maior qualidade ao fruto e

### Etanol e açúcar impulsionam agronegócio brasileiro

**A**pesar de parecer expressivo, o volume de etanol exportado pelo Brasil em 2025, cerca de 1,7 bilhão de litros, mostra um cenário de retração. O número indica queda de 9% em relação a 2024, quando as vendas externas somaram 2 bilhões de litros. A redução, no entanto, não está ligada à ausência de compradores, mas sim à falta de oferta exportável, resultado da forte demanda interna e de estoques historicamente baixos. Em valores, as exportações brasileiras de etanol somaram US\$ 976,6 milhões em 2025, queda de 8% frente aos US\$ 1,13 bilhão registrados em 2024.

Além disso, os estoques de etanol nas usinas do Centro-Sul do país registraram queda significativa na safra 2025/2026. Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica), o volume armazenado em 1º de janeiro somava 7,07 bilhões de litros, representando uma redução de 19,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Com a produção nacional de etanol também menor -- cerca de 5% -- e um acumulado no período 30,84 bilhões de litros, houve queda na produção de hidratado, de 8%, para 19 bilhões de litros, enquanto o anidro se manteve relativamente estável em 11,7 bilhões de litros. Esse conjunto de fatores reduziu significativamente o excedente disponível para exportação. CNN

ampliam a competitividade da maçã no mercado nacional e internacional.

Uma das produtoras, a Rasip Agro, unidade da RAR Agro & Indústria, estima a produção em cerca de 55 mil toneladas, um aumento de 30% sobre o ciclo anterior, de 42 mil toneladas.

A maior parte da produção da Rasip, é da variedade Gala (75%), que inclui o clone Belgala, exclusivo da empresa. Os outros 25% são de frutos da variedade Fuji.

Para o presidente da RAR Agro & Indústria, Sergio Martins Barboa, o bom resultado nesse ciclo é resultado da consolidação da operação nos últimos anos: "A colheita de 55 mil toneladas nesta safra confirma a evolução consistente da nossa operação, resultado de investimentos em tecnologia, manejo e genética".

"O crescimento em relação ao ano anterior e a destinação de até 20% da produção para a exportação reforçam a qualidade da maçã produzida em Vacaria e a competitividade da Rasip Agro no mercado internacional", acrescentou o executivo.

Segundo projeções da ABPM, as exportações dessa safra devem somar 60 milhões de toneladas. Os principais destinos da maçã brasileira são: Índia, Portugal, Irlanda, Emirados Árabes Unidos, Rússia, Reino Unido e Arábia Saudita. O evento que marca a abertura oficial da safra 2025/26 de maçã acontece neste sábado (07/02), em Vacaria-RS, um dos maiores municípios produtores do país.

CNN

# PUBLICIDADE LEGAL

## Somente S.A.

CNPJ nº 46.855.495/0001-31 - NIRE 35 300 594 614

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

**Data, Hora e Local:** Em 05/01/2026, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Todos os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme dispensa de convocação. **Mesa:** Presidente: Michel Burmaia Mendes Pinto; **Secretário:** Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. **Deliberações aprovadas:** 1. Aumento de Capital Social e Subscrição de Novas Ações. **Aprovado** o aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 23.000.000,00 para R\$ 53.000.000,00 mediante a emissão de 30.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, equivalente a R\$ 30.000.000,00, que serão subscritas e integralizadas pelo acionista da seguinte forma: **Acionista:** HGM Investimentos Ltda.; **Nº de ações subscritas:** 30.000.000; **Valor total da subscrição:** R\$ 30.000.000,00. As ações serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, até a data de 31/12/2026, mediante depósito em conta bancária da Companhia. 3.1. Em razão da deliberação acima, decidem os Acionistas alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - O Capital social da Companhia é composta por R\$ 53.000.000,00, dividido em 53.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026." Por fim, a Companhia autoriza a Diretoria consolidar o Estatuto Social, bem como a praticar todos os atos complementares do registro da presente Ata, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todas as providências necessárias para o cabal cumprimento do que ora ficou deliberado. Nada mais. Barueri, 05/01/2026. JUCESP nº 78.214/26-9 em 9/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL.** Capítulo I. Denominação Social Sede Objeto e Duração. **Artigo 1º.** A razão social da Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que será regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis e Somente S.A. § Único: No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social e na hipótese de ser celebrado um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionista"), deverão ser observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, na Lei nº 6404 de 15/12/1976 conforme alterada (Lei das SA) e, nos casos omissos na legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e fuso no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06454-000, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0001-31, e NIRE 35 300 594 614, filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 - Cj. 404 - Itaim Bibi - CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0002-12, e NIRE 35 906 410 974 e filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Ubaldino do Amaral, nº 927, Alto da Rua XV, CEP: 80045-150, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social.** **Artigo 5º.** O Capital social da Companhia é composta por R\$ 53.000.000,00, dividido em 53.000.000 de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31/12/2026." §1º: Cada ação ordinária tem as seguintes características direitos e vantagens: (a) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia convocada instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social, e (b) as ações ordinárias serão convertidas em outras espécies ou classes de ações de emissão da Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral §2º: O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. Fica assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia nos termos previstos pela Lei das S.A. §3º: Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas se aplicável. §4º: A Companhia é vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III. Da Assembleia Geral.** **Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano nos 3 primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente quando os interesses sociais exigirem mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou ainda pelos acionistas da Companhia observados os quórum e procedimentos da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. §1º: A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou na sua ausência por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente antecipadamente ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Diretor Presidente. §2º: A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria com no mínimo 05 dias de antecedência da data marcada para sua realização (para assembleias instaladas em primeira convocação) e com no mínimo 05 dias de antecedência (para assembleias instaladas em segunda convocação). Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral declarando se cientes da ordem do dia. §3º: Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 80% do capital social com direito a voto, observadas as presenças obrigatórias e materiais quórum qualificado conforme Acordo de Acionistas. §4º: Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento do Acordo de Acionistas, negando cômputo a voto proferido com violação ao Acordo de Acionistas e ao presente Estatuto Social. §5º: Será considerado presente, como se fisicamente presente estivesse, as Assembleias Gerais o acionista que participar das Assembleias Gerais por meio de video conferência ou conferência telefônica, ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras, desde que uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, seja entregue por e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da Assembleia Geral e ao Secretário antes do encerramento lavratura e assinatura da respectiva ata dentro de 5 dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia; e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O acionista que participar remotamente assinara fisicamente assim que possível a lista de presença e a ata da assembleia. **Artigo 7º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral de Acionistas conforme determinado pela Lei das S.A., pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. A aprovação das matérias apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas observará as disposições aplicáveis da Lei das S.A. e as disposições de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas. §1º: Sem prejuízo do disposto no caput, compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, bem como examinar discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando se instalar; (c) alteração em qualquer dos artigos deste Estatuto Social incluindo mudança da atividade preponderante da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social; (e) emissão resgate e/ou conversão, pela Companhia de debentures conversíveis e bônus de subscrição; (f) transformação, cisão, incorporação fusão da Companhia, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia (incluindo contribuição de participações societárias por terceiros); (g) deliberação sobre recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberação para a confissão de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia; (i) eleição e destituição do liquidante bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (j) fixação da remuneração dos administradores; (k) aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; (l) criação de quaisquer reservas de capital, exceto as obrigatórias; (m) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista neste Estatuto Social, e (n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. §2º: Exceto conforme previsto na Lei das S.A. e pelos materiais de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia (se aplicável) as matérias em discussão na Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria do capital social total e votante. **Capítulo IV. Da Administração.** **Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. §1º: O administrador e investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria conforme o caso. §2º: O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. §3º: A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros da administração. **Seção II. Diretoria.** **Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 Diretores e no máximo 5 Diretores cujas designações serão indicadas pela Assembleia Geral no momento da eleição. §1º: Os diretores serão eleitos para mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos diretores ficarão a cargo da Assembleia Geral observados em qualquer caso e no que for aplicável, os termos e condições do Acordo de Acionistas. **Artigo 10º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** A Companhia será sempre representada por (i) qualquer um dos dois Diretores individualmente; ou (ii) por um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 Diretores em conjunto. §1º: A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia em casos específicos. §2º: As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações terão um período de validade limitado a no Máximo 1 ano. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal.** **Artigo 12º.** O Conselho Fiscal com as atribuições e poderes de lei funcionará em caráter não permanente e somente será instalado a pedido dos acionistas conforme o que fazulta o artigo 161 da Lei das SA sendo composto por 3 membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanços Lucros e Dividendos.** **Artigo 13º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social proceder-se-á ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. §1º: A Companhia poderá leveranciar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. §2º: O lucro líquido do exercício terá obrigatoriedade a seguinte Destinação: (a) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (b) o lucro remanescente, após as deduções previstas no item (a) acima, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral Ordinária, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável. §3º: A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social no mínimo 1% e não excedente a 100% do seu lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas, cabendo Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. §4º: No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as disposições do Acordo de Acionistas se existente. **Artigo 16º.** Na hipótese de qualquer controvérsia, litígio, questão, disputa dúvida ou divergência de qualquer natureza oriunda de e/ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive aqueles relacionados à sua existência, formação, aplicabilidade, violação, rescisão, validade e eficácia ("Conflito"), envolvendo a Companhia, seus acionistas e/ou administradores ("Partes Envolvidas"), as Partes Envolvidas enviarão suas melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade qualquer das Partes Envolvidas deverá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Cláusula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão se reunir para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé ("Notificação de Conflito"). Caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução amigável, dentro de um período de 30 dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra o Conflito será resolvido de forma final e vinculante por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA ("Câmara") nos termos de seu Regulamento de Arbitragem ("Regulamento"). §1º: A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. §2º: O tribunal arbitral será constituído por três árbitros ("Tribunal Arbitral"), cabendo à(s) Parte(s) Envoltória(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Envoltória(s) requerida(s) de outro indicar um segundo árbitro os quais, de comum acordo nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das Partes Envoltória(s) seja a(s) requerente(s) ou a(s) requerida(s) deixe de indicar árbitro todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara, conforme o Regulamento. Caso os 2 árbitros indicados pelas Partes Envoltória(s) deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 dias contados da data estabelecida para referida provisão, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. §3º: A arbitragem terá sede e local no Município de São Paulo Estado de São Paulo onde será proferida a sentença arbitral. Porém poderá o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. §4º: A arbitragem será realizada em língua portuguesa. §5º: A arbitragem será de direito, aplicando-se as leis da República Federativa do Brasil independentemente de qualquer regra de conflito de leis. É vedado aos árbitros decidir por equidade. §6º: A arbitragem será integralmente sigilosa e confidencial, o que inclui sua existência, e as alegações, documentos e provas apresentadas e produzidas pelas partes no e para os fins do procedimento arbitral. Todas as Partes Envoltória(s) árbitros e quaisquer outras pessoas envoltória(s) são obrigadas a respeitar o sigilo e a confidencialidade da arbitragem. §7º: Com exceção dos honorários advocatícios, os quais serão arcados por cada Parte Envoltória, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral. Os custos e despesas cuja causa não possa ser atribuída a uma das Partes serão rateados entre as Partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pelo Tribunal Arbitral. A sentença arbitral atribuirá à parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, incluindo as taxas e despesas administrativas da Câmara Arbitral, na forma do Regulamento, honorários dos árbitros, honorários advocatícios de sucumbência e honorários dos peritos. Todos os custos despesas e honorários incorridos pela outra Parte Envoltória serão atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA, calculado pro rata die para o período compreendido entre a data em que tiverem sido incorridos e a data em que o resarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% ao mês, calculados pro rata die entre a data da divulgação da sentença arbitral e a data em que o resarcimento for efetivamente realizado. §8º: Oitavo. As decisões da arbitragem serão finais, vinculantes e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contratual desígnio, ressalvados os pedidos de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei nº 9.307 de 23/09/1996. §9º: Nono. Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envoltória(s) poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação a necessidade de submissão do Conflito a arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos apenas ao Tribunal Arbitral. §10º: Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9.307 de 23/09/1996; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Fórum da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo como o único e exclusivamente competente, renunciando-se a todos os outros por mais especiais ou privilegiados que sejam. §11º: Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. São Paulo, 05/01/2026.

## Sebastiana de Jesus Andrade Ltda.

CNPJ nº 45.863.193/0001-42 - NIRE 35238864447

Editor de Redução de Capital

A sociedade Sebastiana de Jesus Andrade Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 45.863.193/0001-42, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35238864447, com sede na Rua Conceição, nº 233, Centro, Campinas/SP, CEP 13.010-050, por sua sócia, torna público conforme art. 1.084, §1º do Código Civil (Lei 10.406/2002), que em 28 de janeiro de 2026, aprovou a redução de capital de R\$ 972.308,00 (novecentos e setenta e dois mil e trezentos e oito reais), para R\$ 76.184,50 (setenta e seis mil, cento e oitenta e quatro e cinquenta), em razão de ser excessivo, passando a transcorrer o prazo para opositores.

## QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/12/2025

**Data, Horário e Local:** Em 05/12/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slomovitz Weigensberg, como Secretário. **Deliberações aprovadas:** 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de AGE de Acionistas da Companhia realizada em 22/08/2025, arquivada na JUCESP sob nº 349.256/25-1, em sessão de 06/10/2025 ("AGE de 22.08"), em que, por equívoco, foi aprovada a retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de AGE em 10/07/2025, arquivada na JUCESP sob nº 266.777/25-9, em sessão de 01/08/2025 ("AGE de 10.07"), quando, na verdade, os termos do aumento de capital da Companhia aprovado na AGE de 10.07 estavam correto, devendo ser desconsiderados os ajustes aprovados na AGE de 22.08. 5.1.1. Dessa forma, fica ratificado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 160.999.996,96, mediante a emissão de 554.339 novas ações, idênticas às anteriormente existentes, ao preço de emissão de R\$ 288,78 por ação, conforme aprovado na AGE de 10.07. 5.1.2. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem ratificar o Boletim de Subscrição anexo à AGE de 10.07. 5.2. **Aprovada** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. 5.3. **Autorizada** a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. Nada mais. JUCESP nº 014.006/26-1 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/12/2025

**Data, Horário e Local:** Em 16/12/2025, às 14hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente; Mario Slomovitz Weigensberg, Secretário.



## NEGÓCIOS

### Fictor pede recuperação judicial, com dívida de R\$ 4 bilhões



A holding financeira Fictor protocolou neste domingo (1) um pedido de recuperação judicial na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo). De acordo com a empresa, a dívida soma R\$ 4,2 bilhões.

No pedido, a empresa solicitou tutela de urgência para suspender execuções e bloqueios por um período inicial de 180 dias. Segundo a Fictor, isso reduziria o risco de "corridas individuais que pressionem ainda mais a liquidez e prejudiquem uma solução coletiva e equânime".

A Fictor faz parte de um conglomerado que possui negócios em setores como alimentos, gestão de recursos, pagamentos, energia e

imóveis. O grupo, fundado em 2007, diz que tem cerca de 30 empreendimentos que somam mais de US\$ 1 bilhão (R\$ 5,2 bilhões).

O pedido de recuperação judicial atinge a Fictor Holding e a Fictor Invest, empresas que formam o braço financeiro do grupo. Segundo a companhia, a maior parte dos credores é composta por sócios participantes dos negócios oferecidos.

"A medida busca criar um ambiente de negociação estruturada e com tratamento isonômico, que possa garantir a continuidade das atividades de forma sustentável", diz a Fictor em comunicado nesta segunda (2).

Subsidiárias do grupo, como a Fictor Alimentos S.A. (empresa listada na

B3), devem seguir com suas rotinas, contratos e projetos normalmente. Segundo o advogado Carlos Deneszcuk, do Dasa Advogados, o objetivo da recuperação é evitar que empresas economicamente viáveis sejam afetadas por restrições típicas de um processo recuperacional, impossibilitando as atividades do grupo como um todo.

Em novembro do ano passado, o Banco Master chegou a anunciar que seria comprado pela Fictor. Isso aconteceu um dia antes de o banco ter sua liquidação anunciada. A operação acabou barrada pelo Banco Central. Atualmente, Master e o resto de seu conglomerado financeiro, como o Will Bank e o Letsbank, estão em processo de liquidação.

Folhapress

### Ministério Público pede bloqueio de R\$ 1 bi da Vale após vazamento de mina em MG

**A** Vale disse na noite de domingo, 1, que o Ministério Público Federal pediu à Justiça a adoção de medidas liminares, incluindo o bloqueio patrimonial no valor de R\$ 1 bilhão, após o extravasamento ocorrido na madrugada de domingo passado, na mina de Fábrica em Ouro Preto, Minas Gerais. Conforme comunicado ao mercado, o MPF apresentou uma tutela cautelar antecedente sob argumento de prevenir o agravamento de supostos danos ambientais.

Autoridades do governo do estado de Minas Gerais informaram na quinta-feira que, além da água, os rejei-

tos da operação de mineração de minério de ferro da Vale em Fábrica atingiram o rio Maranhão. Os transbordamentos foram causados pelas fortes chuvas ocorridas no dia e na semana anteriores ao incidente, disseram as autoridades.

A mineradora disse que apresentará sua defesa dentro do prazo legal. Na sexta-feira, o governo de Minas Gerais ampliou para R\$ 3,3 milhões a multa contra a Vale por danos ambientais causados pelo extravasamento, um valor que já considera "reincidência da mineradora em situação semelhante" ocorrida em agosto de 2023, em Brumadinho.

IstoÉDinheiro



### 'Inhotim tem pautado um jeito de ser museu que muito interessa ao mundo', diz diretora-presidente



**O**Inhotim não é um museu convencional. Também não é um Jardim Botânico convencional. Espalhado por 140 hectares em Brumadinho (MG), o "maior museu a céu aberto do mundo", como é conhecido, celebra 20 anos em 2026. O ano de efemeride já começou com uma indicação do periódico americano The New York Times como um dos 52 lugares para se conhecer em 2026, sendo o único destino brasileiro da lista.

"Acho que em Inhotim tem pautado um jeito de ser museu que muito interessa ao Brasil e ao mundo", diz Paula Azevedo, diretora-presidente da instituição e

que tem liderado a gestão dos últimos quatro anos. No período, Inhotim quase dobrou sua receita, passando de R\$ 53 milhões para R\$ 96 milhões ao ano, resultado, também de uma diversificação de fontes.

O destino, em meio à natureza e muito marcado por seu território – como lembra Paula – também celebra recorde de visitantes em 2025, de mais de 361 mil. Entre deles, conta a diretora, gestores de outros museus e instituições pelo mundo.

O momento de destaque de Inhotim é celebrado também por marcar uma 'reconstrução', após enfrentar da tragédia de 2019 em Brumadinho, em que o rom-

pimento de uma barragem da Vale cobriu a cidade de lama de rejeito de mineração e deixou 272 mortos, e do período pandêmico, em que o local ficou fechado por oito meses, que gerou um "impacto financeiro enorme".

Em entrevista à IstoÉ Dinheiro, Paula Azevedo fala sobre a governança de Inhotim e adianta sobre o lançamento do Fundo patrimonial previsto para abril, como parte de uma extensa e especial programação de aniversário prevista para este ano. "Esse modelo de gestão e de governança, ele é muito atual e pode ser usado e replicado por outras instituições".

IstoÉDinheiro